



Ofício DIR nº 136/2023

Niterói, 29 de agosto de 2023.

Exmo. Senhor Procurador
Dr. Francisco Miguel Soares
Procurador-Geral
Município de Niterói
Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 7º andar – Centro – Niterói – RJ

Ref.: Ofício PGM/GAB Nº 423/2023

Senhor Procurador-Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício PGM/GAB Nº 423/2023, para prestar-lhe informações atualizadas acerca do abastecimento de água e dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto no âmbito do Município de Niterói, apresentando-lhe os principais investimentos realizados por esta Concessionária na prestação dos serviços de saneamento básico, desde o advento do Contrato de Concessão até o presente momento, que alçaram o Município às primeiras colocações no ranking estadual e nacional do Saneamento Básico, conforme avaliação realizada pelo Instituto “Trata Brasil” e outras respeitadas Entidades de notório conhecimento técnico do país.

Inicialmente, importante apresentar um breve resumo sobre as condições prévias à concessão, perpassando todas as intervenções realizadas pela Águas de Niterói ao longo desses quase 24 anos de Concessão, que resultaram até o presente momento num investimento superior a R\$ 1.3 bilhão de reais.

Os serviços foram assumidos em 05/11/1999 com cobertura de abastecimento de água potável de 72% (setenta e dois por cento), de forma precária dada a perda medida de 70% (setenta por cento); além da baixíssima cobertura de apenas 35% (trinta e cinco por cento) de coleta de esgoto, seguido de tratamento meramente preliminar na única “estação de tratamento” da cidade e lançamento final na Baía de Guanabara.

Diante desse desafio, foi realizado grande investimento por parte da concessionária para alcançar a universalização do abastecimento de água potável, destacando-se o assentamento de centenas de quilômetros de redes de distribuição e aumento da reservação

Rua Marquês de Paraná, 110
Centro, Niterói – RJ
CEP. 24.030-211 – Tel. 21 2729-9200
www.aguasdeniteroi.com.br

BMA6



de água em 30 milhões de litros. Com foco na redução das altíssimas perdas foram implantados distritos de medição e controle (DMC), fragmentando o sistema de distribuição em áreas menores e mais gerenciáveis, além da instalação de moderno Centro de Controle Operacional (CCO) para supervisão e operação das principais unidades do sistema de abastecimento de água potável, além da aquisição de novos equipamentos e tecnologias para eficiente detecção e combate às perdas em todo o sistema de distribuição.

Ao longo desses anos a população de Niterói cresceu em torno de 60.000 (sessenta mil) pessoas, e em contrapartida, a Concessionária reduziu a perda medida de água potável dos já referidos 70% (setenta por cento) anteriores à Concessão, para 25% (vinte e cinco por cento), viabilizando-se, portanto, a distribuição de água potável para atender de forma satisfatória toda a população atual do Município, incluindo-se esse incremento populacional, com os mesmos 1.900 L/s (um mil e novecentos litros por segundo) em média adquiridos junto à Companhia Estadual de Tratamento de Água – CEDAE, desde o início da vigência do Contrato de Concessão em 05/11/1999, até o presente momento.

Ocorre que, além do investimento e ações contínuas de combate às perdas de água potável, realizados através do Programa “Água de Valor”, desenvolvido pela Águas de Niterói e cujos expressivos resultados renderam-lhe em julho/2023 o Prêmio PROSEGH (Programa de Segurança Hídrica) concedido pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) – Governo do Estado do Rio de Janeiro, que por si só garantiria o abastecimento de água potável para propenso crescimento populacional no Município de Niterói; vale destacar também que a Concessionária tem contratado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro a disponibilidade total de até 2.100 L/s (dois mil e cem litros por segundo) de água potável, ou seja, em média 300 L/s (trezentos litros por segundo) a mais que os 1.800 L/s médios atualmente consumidos, sendo suficiente para suportar o possível crescimento vegetativo da população e o incremento de novas ligações de água.

Com relação ao sistema de esgotamento sanitário, como já mencionado acima, quando a Águas de Niterói assumiu a Concessão apenas 35% (trinta e cinco por cento) do Município era contemplado com sistema coletor de esgoto, seguido de pré tratamento e lançamento na Baía de Guanabara. As primeiras medidas da nova concessionária naquele momento foram a eliminação das línhas de esgoto nas praias e extensão de novas redes coletoras de esgoto e execução de novas ligações que refletiram de forma positiva, diretamente nos indicadores de balneabilidade e qualidade ambiental.

Além da implantação de novos sistemas coletores com extensão de centenas de quilômetros de redes de esgoto, foram realizados altíssimos investimentos para modernização do tratamento preliminar, pré existente à Concessão, concluindo-se as intervenções na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Icaraí, e agregando-lhe o tratamento primário, quimicamente assistindo, finalizado no emissário submarino que expandido, passou a lançar o efluente tratado no canal de entrada da Baía de Guanabara, aumentando-se com tudo isso a eficiência do tratamento.

Ao longo dos anos, além das diversas intervenções no sistema, foram integralmente implantados pela Concessionária os Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos (ETEs) de Mocanguê (2003), Toque-Toque (2004), Jurujuba (2006), Maria Paula (2016) e Sapê (2019) com tratamento em nível secundário, bem como implantados integralmente os Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos (ETEs) de Camboinhas (2002) e Itaipu (2004) com nível de tratamento terciário, aumentando-se com isso a cobertura de esgotamento sanitário de 35% (trinta e cinco por cento) para 95% (noventa e cinco por cento) em todo o Município de Niterói; além dos altos investimentos realizados e a realizar em automação e inovação tecnológica.

Essas nove Estações de Tratamento de Esgoto implantadas em todas as Regiões de Niterói, juntas, possuem capacidade de tratamento da vazão nominal de 1.833 L/s (um mil, oitocentos e trinta e três litros por segundo) de efluentes sanitários, com picos de vazão máxima para tratamento de até 2.761 L/s (dois mil, setecentos e sessenta e um litros por segundo), ou seja, muito acima da vazão média atual de 1.250 L/s (um mil, duzentos e cinquenta litros por segundo) coletados e tratados em Niterói. Desta forma as atuais Estações de Tratamento possuem uma capacidade excedente (livre) de tratamento em torno de 660 L/s (seiscentos e sessenta litros por segundo), ou seja 36% (trinta e seis por cento) a mais do que é tratado atualmente, podendo com isso absorver novos imóveis, sendo suficiente para suportar o possível crescimento vegetativo da população e o incremento de novas ligações de esgoto.

Vale destacar também as estratégias de água de reuso praticadas, tendo em vista que a qualidade do tratamento das ETEs secundárias e terciárias de Niterói permitem o reuso do efluente tratado para consumo “não humano”, o que já vem sendo realizado internamente pela Concessionária e externamente por alguns Órgãos Municipais como SECONSER, CLIN, EMUSA e etc; essa disponibilidade poderá ser estendida no futuro para Industriais e etc, poupando-se com isso a água potável que poderá ser disponibilizada para novas residências e comércios.

Diante dos expressivos resultados já alcançados e informados acima, a Concessionária Águas de Niterói já atingiu, de forma antecipada, as metas de cobertura e atendimento previstas no Contrato de Concessão, bem como já alcançou também os percentuais de universalização exigidos no Novo Marco Regulatório do Saneamento, instituído através da Lei Federal nº 14.026/2020, ultrapassando o percentual de 90% (noventa por cento) exigidos para cobertura de coleta e tratamento de esgoto antes do prazo determinado na referida Legislação Federal, que se findará somente no ano de 2033.

Importante destacar que o alcance antecipado dessas metas contratuais e legais, bem como a exponencial evolução do saneamento básico no Município de Niterói, proporcionaram para a Concessionária a conquista do Prêmio Nacional de Qualidade no Saneamento (PNQS) nos últimos dois anos consecutivos, concedido pela Associação Brasileira de Engenheiros Sanitaristas (ABES) nas Categorias AMEGSA - As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental Nível I em 2021, e nível II em 2022.

Outra evidência da altíssima qualidade na prestação dos serviços de distribuição de água potável e coleta / tratamento de esgoto realizados pela Águas de Niterói é a conquista em janeiro/2023 da Certificação Internacional de Qualidade Ambiental ISO 14001:2015 válida até janeiro/2026. Por fim, mas não menos importante, a Concessionária Águas de Niterói e o Município de Niterói receberam no último dia 10/08/2023 o Prêmio “Casos de Sucesso & ESG” na categoria “Melhores Evoluções no Ranking do Saneamento” com a cidade de Niterói sendo a primeira colocada no Estado do Rio de Janeiro e a quarta do País, segundo o Ranking 2023 do Instituto Trata Brasil, que concedeu a premiação em parceria com o Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais da conceituadíssima Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Por oportuno, salienta-se que apesar da cobertura de 95% (noventa e cinco por cento) de sistema coletor de esgoto da Concessionária, e eficiente tratamento de 100% (cem por cento) do efluente coletado em suas ETEs, ainda existem muitos imóveis irregulares que lançam esgoto *in natura* nas galerias de águas pluviais, e diretamente no meio ambiente; este problema se intensifica ainda mais e ocorre com grande frequência em áreas antigas, pré-existentes ao sistema coletor de esgoto, com maior densidade demográfica, bem como em áreas periféricas com gradativo crescimento desordenado, o que dificulta ainda mais a rápida e eficiente solução do problema.

O lançamento irregular de esgoto sanitário nas redes de drenagem pluvial geralmente tem origem dentro dos imóveis, o que dificulta a identificação do problema, mas principalmente a sua solução sem a cooperação do respectivo proprietário / responsável; por vezes ocorre também a contribuição diretamente nas galerias instaladas embaixo das edificações construídas após a sua implantação, o que dificulta ainda mais a identificação e saneamento. Ressalta-se que essa prática, inclusive, é ilegal uma vez que viola a Lei Municipal nº 2.624/2008 (Código de Posturas do Município de Niterói), conforme proibição expressamente prevista a seguir:

“Art. 12. É proibida a ligação de esgotos na rede de águas pluviais.”

Ainda sobre a ilegalidade desta conduta, cita-se também a Lei Municipal nº 2.602/2008 (Código Municipal Ambiental de Niterói) com a seguinte consideração:

“Art. 236. Considera-se infração muito grave:

(...)

XXI - lançar esgotos "in natura" em corpos d'água ou rede de drenagem pluvial, provenientes de edificações; ”

Importante também mencionar a Lei Municipal nº 2.370/2006 que determina o seguinte:

“Art. 1º Ficam as edificações, dotadas ou não de sistemas de tratamento sanitário compacto ou individual, obrigadas a estabelecerem conexão com a rede coletora de esgotos sanitários.”

Entretanto, apesar de todo o ordenamento jurídico / legal que proíbe o lançamento de esgoto in natura na drenagem pluvial e/ou nos corpos hídricos, bem como que impõe a obrigatoriedade de ligação do imóvel ao sistema público coletor de esgoto, conforme farta Legislação Municipal acima apresentada, além daquelas normas decretadas, sancionadas e promulgadas nas esferas Estadual e Federal, infelizmente ainda existem muitos moradores que lançam, de forma consciente, descompromissada e irresponsável, seus efluentes sanitários nas galerias, ou pior, diretamente no meio ambiente.

É alçada desta Concessionária implantar, monitorar e operar o sistema de coleta de esgoto do município, exclusivamente. Em que pesa a isenção de responsabilidade, inclusive “in vigilando”, posto que a Concessionária não é investida do poder de polícia administrativa, e por isso não pode fiscalizar e coibir os lançamentos irregulares nas redes pluviais; além de não ser responsável, também, pelo sistema público de drenagem pluvial, não tendo, portanto, qualquer ingerência sobre o mesmo.

Entretanto, com o objetivo de coletar os efluentes irregulares, por liberalidade própria e extra-contratualmente, a concessionária, buscando a melhor alternativa técnica a ser aplicada, instalou sistema interceptor tomada de tempo seco (TTS) em alguns canais de drenagem pluvial no Município de Niterói. Este interceptor direciona o efluente para uma das Estações de Tratamento de Esgoto e o monitoramento, manutenção e limpeza do sistema é feito com frequência diária por equipes volantes e caminhão combinado (vácuo e Hidro-Jateamento,) às expensas da Concessionária, apesar de não ser escopo do Contrato de Concessão. Os dispositivos instalados bloqueiam a chegada de esgoto nos principais corpos hídricos do Município de Niterói.

Relevante mencionar também que, igualmente por liberalidade própria e extra-contratualmente a Concessionária em apoio ao Ministério Público do Rio de Janeiro e aos órgãos fiscalizadores (INEA e SMARHS) através do Projeto de Regularização Sanitária, realiza diariamente vistorias imóvel a imóvel para a identificação, conscientização, notificação e em último caso autuação (por parte dos órgãos fiscalizadores) dos imóveis que não estão ligados à rede coletora de esgoto da Concessionária, apesar de não ser escopo do Contrato de Concessão. Atualmente o Projeto está em atuação na região oceânica de Niterói.

Esse Projeto de regularização encontra-se em atuação desde 2013, tendo já sido realizadas mais de 35 fases até o presente momento que resultaram em mais de 30.000 imóveis vistoriados e testados em apoio ao INEA e à SMARHS; e regularização de mais de 1.000 (um mil) imóveis, através da disponibilidade de todo o suporte técnico e documental (base cadastral / conhecimento / expertise / etc), além de logístico (pessoal e material), ofertado única e exclusivamente pela Concessionária de forma gratuita e voluntária, apesar de não constar como uma das obrigações assumidas no Contrato de Concessão. Importante destacar também a extensão social desse Projeto com a regularização sanitária interna dos imóveis de baixa renda que não estão conectados ao sistema coletor de esgoto, através da execução gratuita de ligação



e interligação de esgoto para as famílias cadastradas no Cadastra Único (CAD Único) Municipal, sendo esta uma importante iniciativa socioambiental executada às expensas da Concessionária.

Como se vê, a rigor, a Concessionária não tem qualquer responsabilidade sobre as instalações sanitárias internas dos imóveis para os quais presta seus serviços, estando, portanto, desobrigada pela legislação – e pelo Contrato de Concessão e seus Aditivos – de realizar quaisquer intervenções nas áreas particulares/internas de seus clientes, independentemente de quem sejam eles. A obrigação da Concessionária limita-se ao conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de esgotamento sanitário externas até as ligações prediais, sem inclusão da infraestrutura interna de saneamento (cf. art. 3º, I, 'b', e art. 18-A da Lei). Entretanto a Águas de Niterói vem executando, de maneira gratuita, a interligação e ligação desses imóveis ao sistema público de esgoto, sendo esta uma de suas ações ASG que atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sem mais para o momento, ao tempo que nos colocamos à disposição de vossa excelência para esclarecimentos complementares, porventura necessários, valemo-nos do ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Bernardo Machado Alves Gonçalves

Bernardo Gonçalves

Diretor Executivo